

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO "JANE VANINI"
DEPARTAMENTO DE LETRAS

COLETÂNEA
NOSSOS ESCRITOS

ACADÊMICOS DO 2º SEMESTRE DE LETRAS

PRODUÇÃO DE TEXTO E LEITURA II

Profa. Dra. Neuza Zattar
(Coordenadora)

Cáceres-MT, 2009/2

APRESENTAÇÃO

Esta Coletânea reúne textos produzidos pelos acadêmicos do 2º semestre do curso de Letras, orientados pela Profa. Dra. Neuza Zattar, no âmbito das atividades práticas da disciplina Produção de Texto e Leitura II.

A produção dos artigos teve como proposta iniciar o acadêmico do curso de Letras às atividades de pesquisa, a partir de um tema sobre linguagem, de livre escolha, que possibilitasse ao aluno o desenvolvimento de estudos da linguagem nas suas diferentes formas de emprego e significação.

O trabalho constitui-se de cinco fases: a escolha do tema, a definição do objeto de investigação, o levantamento bibliográfico, a elaboração de um roteiro compreendendo os passos metodológicos da pesquisa, a apresentação oral em sala de aula e a produção escrita da pesquisa. Na fase da apresentação, as pesquisas foram socializadas, possibilitando a participação dos colegas e a observação do processo individual de cada aluno e a forma de abordagem do objeto escolhido.

Dos dezoito artigos reunidos, dois abordam o estudo de LIBRAS e de língua estrangeira, dois destacam a importância da gramática e do dicionário, sete tratam de temas como intertextualidade, progressão textual, gêneros textuais, advérbios modalizadores, coerência e coesão, três apresentam reflexões sobre variação linguística e ensino da língua materna, gíria e preconceito linguístico, e três sobre figuras de linguagem. Esta diversidade de temas mostra a inserção dos acadêmicos do curso de Letras nas diferentes abordagens da linguagem e nas discussões sobre o ensino da língua.

Com a socialização desta Coletânea, esperamos que os artigos possam contribuir para valorizar e divulgar os trabalhos dos acadêmicos do 2º semestre do curso de Letras do Campus Universitário “Jane Vanini” da Universidade do Estado de Mato Grosso .

A Coordenação

SUMÁRIO

O ensino de línguas estrangeiras nas escolas de ensino fundamental	05
Débhora Belusse	
A educação do surdo e a língua brasileira de sinais	08
Débora Escudeiro Ponchio	
Um estudo sobre a gramática	12
Fernanda do Espírito Santo	
Intertextualidade	15
Gisele Cássia Simoncele	
A importância da escrita e da intertextualidade	18
Janayna da Silva Neves	
Progressão textual: procedimentos linguísticos	21
Jeferson Dione	
Um estudo sobre os advérbios modalizadores	22
Jéssica Natália Oliveira	
Um estudo sobre gêneros textuais	25
Juliana Carvalho da Silva	
A coesão textual	27
Maria Justina de Arruda e Silva	
As variações linguísticas e o ensino da língua materna	29
Kamylla Martos	
A importância do dicionário	32
Marllus Everton Trindade Mejia	
Metáfora: de Aristóteles a Halliday	34
Sebastiana Aparecida de Souza Nunes	
Figuras de linguagem : metáfora e metonímia	40
Sheila S. A. de Sant'Ana Silva	
Um estudo sobre figuras de linguagem	39
Silmara de Fátima	

Preconceito linguístico	42
Thainá Aparecida Ramos de Oliveira	
A coerência na linguística textual	46
Vaney Lucia Faria Leite	
Um estudo sobre a gíria na linguagem dos jovens	49
Wellington Oliveira de Souza	

O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Débhora Belusse
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

No início da colonização, os portugueses, com propósitos de dominar e expandir o Brasil preocupou-se em ensinar uma Língua Estrangeira, o latim, como língua culta. Porém, após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o grego e o latim eram disciplinas dominantes. Entretanto, em 1808, com a chegada da reforma de 1855, as escolas secundárias começaram a evoluir com o ensino de línguas modernas.

Em 1920, com a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil, formavam-se colônias que visavam preservar suas tradições culturais e, conseqüentemente, sua língua materna. O governo Getúlio Vargas, com a intenção de consolidar as ideias nacionalistas em todo o país, com o objetivo de impedir a desnacionalização da escola e da infância, proibiu o ensino da Língua Estrangeira (doravante LE) para crianças menores de 10 anos.

Na reforma de Francisco Campos, em 1931, se deu mais ênfase ao ensino de línguas modernas, havendo maior preocupação com a metodologia e a utilização do método direto. Um grande destaque dessa época foi o professor Cameiro Leão, que introduziu o método direto no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Em 1942, na reforma de Capanema, deu-se ênfase aos estudos de LE, como também ao estudo da cultura e de objetivos educativos. Essa reforma foi considerada os *anos dourados* da LE no Brasil, pois os alunos estudavam latim, francês, inglês e espanhol e, quando se formavam, estavam aptos a ler escritos em uma das línguas ensinadas.

Atualmente, a língua mais utilizada/ensinada nas escolas públicas e particulares é a inglesa e entre os métodos de ensino mais empregados, ao longo dos anos, destacam-se: Gramática-Tradução (GT), Método Direto (MD), Abordagem Audiolingual (AAL), Abordagem Comunicativa (AC) e Abordagem Lexical (AL).

O método Gramática-Tradução é um dos mais antigos e, ainda, o mais utilizado, apesar de ter recebido muitas críticas, pelo fato de, através desse método, o aluno aprender mais a Língua Materna-LM. Esse método consiste na memorização das palavras em LE pelo aluno e depois na construção de frases, a partir das regras gramaticais.

O Método Direto foi considerado um método desgastante até mesmo para os profissionais da área, pois consiste na exclusão da LM em sala e no uso exclusivo da LE. Houve assim uma mistura entre a GT e o MD.

O Abordagem Audiolingual, também considerado um método desgastante, nasceu na Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de os soldados e outras pessoas aprenderem outra língua rapidamente. As aulas duravam, em média, seis a nove meses, com sessões de sete a nove horas diárias, e os professores não paravam de explicar a estrutura da língua.

O Abordagem Comunicativa, considerado atualmente o método mais eficiente, é ensinado ao aluno para se comunicar em situações reais, porém com ausência de objetivo no ensino da língua, visando reunir pessoas com interesses comuns.

O Abordagem Lexical, um dos métodos mais recentes no Brasil, foi desenvolvido por Michael Lewis, que se utiliza dos métodos computacionais para o ensino da LE na aprendizagem. Os exercícios são o preenchimento de lacunas e a combinação de palavras, explicando assim a necessidade de computadores para o armazenamento de dados, atualmente, existem softwares destinados ao AL.

Não há metodologia tida como perfeita para o ensino, cabendo aos professores analisar cada método a ser utilizado, ou seja, o professor deve sempre estar aprimorando suas aulas, para que não as torne maçantes e monótonas. O professor deve ser um mediador entre o que será ensinado e o aluno, mas o que será ensinado deverá sempre levar em conta a realidade em que o aluno está inserido, pois o ambiente exerce papel fundamental na formação do aluno, atento também para a questão de que cada indivíduo aprende de uma forma. Porém há diferença de métodos, pois há línguas para aprender e há línguas para viver. A primeira é baseada somente em atividades escolares e a segunda em um aprendizado no dia a dia.

Com base em estudos de vários pesquisadores como Schutz, Brown e Piaget, por questões biológicas e psicológicas, quanto mais cedo uma criança tiver contato com a Língua Inglesa, melhor será a assimilação da língua. Piaget desenvolveu a teoria do desenvolvimento cognitivo infantil, o POC- Período Operatório Concreto, através da qual as crianças de 7 a 11 anos tomam as palavras como instrumento do processo do pensamento. Essa teoria sobre a linguagem e desenvolvimento cognitivo mostra a capacidade intelectual da criança em aprender um LE, em especial, o inglês.

O ensino da LI no ensino fundamental significa construir um novo caminho para que as crianças sejam capazes de obter conhecimentos da sociedade e do mundo em que vivem. Esse caminho pode levar a criança à construção de um cidadão transformador e de uma nova mentalidade.

Podemos concluir dizendo que por motivos psicológicos, biológicos e por força da globalização, é de suma importância o ensino da LE, principalmente a LI, nas escolas de ensino fundamental. Os cidadãos de amanhã precisam estar preparados para a globalização, para o mercado de trabalho, pois a LI é a mais usada recentemente nas universidades internacionais e seu uso é quase universal em países como Holanda, Suécia e Finlândia.

Bibliografia

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Linguística aplicada**: ensino de línguas e comunicação. Campinas, SP: Pontes Editores e Arte Língua, 2005.

CHAGURI, J. P. A Importância da língua inglesa nas séries iniciais do ensino fundamental. In **O desafio das letras**. 2. ed. Rolândia. Anais. Rolândia: FACCAR, 2005. WWW.GOOGLE.COM.BR Acesso em 3 de setembro de 2009.

JORDÃO, Clarissa Menezes. **O ensino de língua estrangeira**: do código a discurso. UFPR. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARANÁ. WWW.GOOGLE.COM.BR Acesso em 3 de setembro de 2009.

A EDUCAÇÃO DO SURDO E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Débora Escudeiro Ponchio
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

A inclusão do surdo no meio social e educacional e, principalmente, a utilização da língua gestual como ferramenta essencial para o ensino não ocorreram de forma repentina. Apesar da grande carência de professores, no Brasil, de Língua Brasileira de Sinais (Libras), há uma pequena porcentagem já preparada e outra que está em processo de formação. Mas para que houvesse a capacitação de professores para o ensino do aluno Surdo, vários estudos foram feitos e métodos testados. O presente artigo tem como objetivo apresentar o histórico da educação dos Surdos e, conseqüentemente, a institucionalização e a implantação da Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de licenciatura.

Os primeiros registros que se tem sobre os Surdos dizem respeito às leis judaicas, época em que se nutria pelos surdos um sentimento humanitário e de respeito, no entanto os Surdos tinham vida inativa e não recebiam qualquer tipo de educação. Muito tempo depois, na Grécia e em Roma, o sentimento de respeito desaparece. Os Surdos eram tidos como incapacitados, se pensava que não tinham linguagem e, conseqüentemente, pensamento, por isso, eram rejeitados, escravizados ou, em casos mais extremos, assassinados.

É na Idade Moderna, com os estudos do médico e filósofo Girolamo Cardano (in VELOSO, 2009, p. 23), que a impossibilidade de aprendizagem do surdo passa a ser revista. Ele afirmava que “[...] a surdez e a mudez não são impedimento para desenvolver a aprendizagem e que o meio melhor dos surdos aprenderem é através da escrita... é um crime não instruir um surdo”. O método de ensino escrito, de Cardano, possibilita a abertura do pensamento para outros métodos e o conseqüente surgimento dos métodos da língua gestual e oralização, que posteriormente serão grandes adversários.

O primeiro alfabeto de dactilologia, para fins da educação dos alunos surdos, é constituído por Juan Pablo Bonet, em 1620. Bonet utilizava o alfabeto manual a fim de ensinar a fala a seus alunos e não com o fim de desenvolver uma comunicação gestual entre os mesmos, por isso, seu método é chamado de oralização. Duas décadas depois, John Bulwer, médico britânico, ao observar a comunicação gestual entre dois surdos, entendeu que a língua gestual era essencial para a educação dos surdos. Começa a rivalidade. De um lado, os oralistas, insistentes no desenvolvimento da fala dos Surdos, de outro, os adeptos da língua gestual, que buscavam a comunicação dos Surdos por meio de sinais.

Em 1755, Samuel Heinicke, alemão, desenvolve o método oralista puro, em que os surdos deveriam desenvolver a fala por meio da audição e se comunicar apenas com a fala.

Quatro anos depois, na França, num movimento totalmente contrário ao de Heinicke, o Abade L'Épée, ao observar duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam através de gestos, iniciou e manteve contato com a comunidade surda que não tinha acesso à educação. Combinando a língua de sinais e a gramática francesa, desenvolveu o primeiro dicionário de sinais, intitulado "Sinais Metódicos". L'Épée defendia que a língua de sinais constitui a linguagem natural dos Surdos e que é um verdadeiro meio de comunicação e de desenvolvimento de pensamento. L'Épée teve muitos seguidores, mas a utilização inicial da língua gestual foi distorcida, não se ensinava mais a língua de sinais para o desenvolvimento de uma língua própria do Surdo, mas se utilizava da língua de sinais como meio de ensino da fala e da leitura orofacial.

Percorrendo a Idade Média e Moderna, percebe-se que os métodos de ensino para os Surdos se baseavam apenas na observação dos deficientes auditivos, mas com a vinda do Iluminismo, na Idade Contemporânea, a era das razões, os métodos precisavam de uma sustentação científica para garantir sua confiabilidade. Foi assim que Jean Marc Gaspard Itard, médico cirurgião e psiquiatra alienista francês, iniciou estudos mais profundos sobre a surdez. Ele concebia a surdez como uma doença e não mais uma diferença como se pensava anteriormente e, portanto, passível de tratamento para sua erradicação e supressão do "mal". A necessidade da razão (prova científica) o levou a ir além da razão e muitos de seus experimentos acabaram por prejudicar a vida de seus alunos, um caso mais extremo ocorreu após furar a membrana timpânica de seus alunos, levando um deles à morte. Para Itard, a única esperança para "salvar" o surdo seria através do desenvolvimento da fala, que o transformaria, e isto só poderia ser feito através da restauração da audição e por meio de treinamentos articulatórios. Apesar da gama de experimentações, as hipóteses de Itard não se confirmaram. Segundo Veloso (2009, p. 30), "após 16 anos de tentativas e experiências frustradas de oralização e remediação da surdez, sem conseguir atingir os objetivos desejados, se rendeu ao fato de que o Surdo só pode ser realmente educado através da língua de sinais".

As conclusões de Itard fortaleceram ainda mais o sistema de ensino por meio da língua de sinais, mas o oralismo não havia sido silenciado. Alexander Grahn Bell, defensor do oralismo, julgava a língua de sinais como imprecisa e inferior à fala, dizia que a língua de sinais não propiciava o desenvolvimento intelectual dos Surdos. De acordo com esse tipo de pensamento, em 1880, no 2º Congresso de Milão, o método oral é introduzido como única abordagem permitida para o ensino dos Surdos, sendo a linguagem de sinais, em todas as suas formas, proibida e estigmatizada. O domínio da língua oral pelo Surdo passou a ser uma condição para a aceitação dentro de uma comunidade majoritária.

Durante quase 100 anos durou o chamado "império oralista", mas em 1971, no Congresso Mundial dos Surdos, em Paris, a Língua de Sinais passou a ser novamente valorizada. E posteriormente a introdução do enfoque bilíngue na educação do surdo.

No Brasil, o sistema de educação para Surdos é iniciado em 1855 com a vinda do professor Surdo Eduard Huet. Seu programa de ensino francês consistia em utilizar o alfabeto manual e a Língua de Sinais da França. Com a aprovação do imperador Dom Pedro II, em 26 de setembro de 1857, foi fundada, no Rio de Janeiro, a primeira escola para Surdos do Brasil, o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). O primeiro dicionário de língua de sinais do Brasil foi criado por um ex-aluno do INES, intitulado *Iconografia dos Sinais dos Surdos*, e deu abertura para posteriores modificações.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. Em 22 de dezembro de 2005, com o decreto 5.626, a Libras passa a ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em 2006 é iniciado o primeiro curso de licenciatura em Letras/Libras da UFSC, em Florianópolis-SC, viabilizando a formação de professores capacitados para o ensino de alunos Surdos.

De acordo com o decreto 5.626, toda Instituição de Ensino Superior deve incluir a Libras no currículo dos cursos de Licenciatura, assim sendo, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) também cumpre esse dispositivo. Verificou-se que na UNEMAT os cursos de Licenciatura Plena em Letras e Pedagogia já introduziram a Libras como disciplina nas matrizes curriculares, com carga horária de 60 horas. Com isso, fica no ar a questão: os Surdos já têm garantido o seu espaço e têm sido beneficiados pelas leis inclusivas, mas para um professor estar capacitado para ensiná-los, 60 horas, na graduação, bastam? A lei deve ser cumprida não só para ser cumprida, mas para ser posta em prática de maneira eficiente.

Esse foi um trabalho desenvolvido numa área pela qual tenho grande interesse. A pesquisa contribuiu muito para que curiosidades fossem sanadas, mas principalmente para que eu compreendesse toda uma luta do surdo, iniciada antes de Cristo, pela sua constituição no espaço em que vive. Por muito tempo a educação dos Surdos foi direcionada por ouvintes, mas só quando o próprio surdo se constituiu em seu espaço e apresentou à sociedade aquilo que lhe pertencia, a sua inclusão no sistema educacional pode ser eficaz.

Bibliografia

LIBRAS, Portal. **Legislação libras**. Disponível em:
<<http://www.libras.org.br/leilibras.php>>. Acesso em: 23 de agosto de 2009.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

VELOSO, Éden; FILHO, Valdeci Maia. **Aprenda libras com eficiência e rapidez**. Curitiba: Autores Paranaenses, 2009.

VILHALVA, Shirley. **Origem do dia do surdo**. Disponível em:
<http://www.surdofoz.com.br/home/?page=dia_do_surdo>. Acesso em: 19 de outubro de 2009.

UM ESTUDO SOBRE A GRAMÁTICA

Fernanda do Espírito Santo
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

A partir de leituras e reflexões, pude constatar que a gramática, como a entendemos hoje, nasceu por volta de 200 a.C., o que não quer dizer que antes disso não se discutissem problemas linguísticos.

Tanto Platão quanto Aristóteles discutiam questão de linguagem, mas o ponto de vista era extremamente filosófico. O que levou os gregos ao estudo da gramática foi inicialmente a necessidade de preservar, entender e comentar o texto dos poemas de Homero (a *Íliada* e a *Odisséia*). E foi na cidade de Alexandria, no Egito, que surgiram os primeiros estudos gramaticais. Alexandria era uma cidade grega na língua e na cultura, embora ficasse fora da Grécia. Os alexandrinos e depois, muitos estudiosos, começaram a estudar a língua de Homero e não conseguiram para por aí, partindo para uma reflexão sobre a linguagem em geral, criaram uma nova disciplina, a *grammatike* (gramática).

Mas uma coisa precisa ser dita, não foram os gregos os primeiros do mundo a pensarem em gramática, no século IV ou V a.C., havia uma tradição gramatical notável na Índia, tradição codificada por volta de 400 a.C., por um gramático chamado Pânini. Os estudos gramaticais indianos iniciaram pelo mesmo motivo dos gregos, a necessidade de manter a forma original dos poemas sagrados.

Fernão de Oliveira e João de Barros foram os primeiros gramáticos portugueses. O primeiro publicou, em Lisboa, em 1536, a primeira gramática ou “primeira anotação da língua portuguesa”, e o segundo editou, em 1540, a gramática de língua portuguesa, ambos inclinados às inovações, adaptando a terminologia às realidades da língua portuguesa.

Há basicamente três tipos de concepções para a gramática: a primeira é concebida como um manual de regras. Segundo Franchi (1991, p. 48), para essa concepção, que normalmente é rotulada de gramática normativa, *a gramática é o conjunto sistemático de normas do bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrada pelos bons escritores e dizer que alguém sabe gramática ‘sabe gramática’ significa dizer que esse alguém ‘conhece essas normas e as domina tanto nacionalmente quanto operacionalmente’* (grifos do autor). Tudo que foge a esse padrão é “errado” e o que atende a esse padrão é “certo”. Nessa gramática, há várias formas de perceber e definir a chamada norma culta, e os argumentos são, sobretudo, de natureza:

a) Estética: as formas e usos são incluídos ou excluídos da norma culta por critérios tais como: elegância, colorido, beleza, finura etc.

b) Elitista ou aristocrática: aqui o critério é a contraposição do uso da língua, que é feito pela classe de prestígio, ao uso das classes ditas populares.

c) Político: nesse caso os critérios são basicamente o purismo e a vernaculidade, ou seja, a necessidade de excluir da língua tudo o que não seja dela.

d) Comunicacional: o critério se refere ao efeito comunicacional, a facilidade de expressão, exige-se clareza, precisão e concisão.

e) Histórica: com frequência, o critério para excluir formas e usos da norma culta é a tradição. Esse critério é bastante problemático na sua aplicação, pois pode levar à exigência absurda, uma vez que não há nada de objetivo. Inclui-se também, nesse caso, a concepção naturalista de língua, que a considera um organismo vivo que nasce, desenvolve e pode entrar em decadência.

A segunda concepção, que tem sido chamada de gramática descritiva, faz, na verdade, uma descrição da estrutura e funcionamento da língua. São representantes, dessa concepção, as gramáticas feitas de acordo com as teorias estruturalistas que privilegiam a descrição da língua oral e as gramáticas que, segundo a teoria gerativista-transformacional, trabalham com enunciados ideais. Na verdade, essas duas correntes básicas da gramática descritiva fazem o que se pode chamar de dicotomia *langue/parole* proposta pelo linguista Saussure.

A terceira concepção é aquela que considera a língua como um conjunto de variedades utilizadas por uma sociedade de acordo com o exigido pela situação de interação comunicativa. Nessa concepção não há erro linguístico, mas inadequação da variedade linguística, utilizada em uma determinada situação de interação. Normalmente essa gramática é chamada de gramática *internalizada*.

Existem 11 tipos de gramáticas, as quais muita gente desconhece. São elas:

- a) Gramática normativa;
- b) Gramática descritiva;
- c) Gramática explícita ou teórica;
- d) Gramática histórica;
- e) Gramática internalizada ou competência linguística internalizada do falante;
- f) Gramática implícita;
- g) Gramática reflexiva;
- h) Gramática contrastiva ou transferencial;
- i) Gramática geral;
- j) Gramática universal;
- k) Gramática comparada.

Durante esta pesquisa, encontrei algumas dificuldades, mas acredito que consegui superá-las, pois este trabalho foi de suma importância para a minha caminhada acadêmica

que está apenas no começo. Concluí que não dá para pensar em gramática sem pensar em linguagem. A gramática é uma ferramenta de estudo da língua e o seu funcionamento, ao longo da história, foi de interesse de muitos estudiosos da linguagem. Muitas gramáticas foram reformuladas, criadas ou até mesmo extintas, pois da mesma forma que a linguagem está em constante transformação, as gramáticas e os dicionários, enquanto ferramentas de estudo, também sofrem modificações. O novo acordo ortográfico é um exemplo de que a linguagem não é definitiva.

Bibliografia

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PERINI, Mario Alberto. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

http://www.scipione.com.br/ap/didaticos/portugues_ensinomedio/assunto2.htm Acessado em 02/09/2009.

<http://www.webartigos.com/articles/11809/1/a-gramatizacao-uma-revolucao-tecnologica/pagina1.html> - Acessado em 20/10/2009.

<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/p00006.htm> Acessado em 20/10/09.

INTERTEXTUALIDADE

Gisele Cássia Simoncele
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Esta pesquisa trata da intertextualidade e dos modos como ela pode ser usada como artifício na produção textual.

Na literatura relativa à linguística textual, frequentemente a intertextualidade é apontada como um dos fatores textuais à referência, seja ela implícita ou explícita a outros textos. Entre os variados tipos de referência usados, destacam-se as mais conhecidas como provérbios populares e frases bíblicas, referências geralmente usadas na produção de novos textos, constituindo, assim, a chamada intertextualidade.

Essas referências estão automaticamente ligadas ao chamado “conhecimento de mundo”, ou seja, o conhecimento prévio do leitor sobre os textos referenciados. Nesse sentido, quanto mais se lê, mais se aumenta a memória de referencial, aumentando, assim, o conhecimento de mundo, por isso esse conhecimento deve ser algo em comum entre o produtor e o receptor dos textos, pois implica no reconhecimento das remissões que um texto faz a outro para que se possa entender o seu sentido real.

Vários livros de coerência e coesão textual exemplificam a intertextualidade com textos ou trechos de textos. Um exemplo claro disso é a Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, que foi inúmeras vezes parodiada e é citada em inúmeros livros como exemplo de intertextualidade.

Os teóricos costumam identificar os tipos de intertextualidade (KOCH & TRAVAGLIA, 1989 pp.88-89) e classificam-nos em:

– *as que se ligam ao conteúdo* (matérias jornalísticas, anteriormente produzidas na imprensa falada ou escrita; textos literários ou não, que se referem a temas ou assuntos contidos em outros textos). Podem ser explícita (citações marcadas por aspas; com ou sem indicação de fonte) ou implícita (paráfrase ou paródia). Por exemplo: No trecho “[...] Na nossa cozinha nada se perde, tudo se transforma” (*Folha de São Paulo*, 2 jun. 2006) baseia-se no enunciado fonte “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, de autoria de Lavoisier.

– *as que se associam ao caráter formal*, ligadas ou não a outro tipo de texto (imitação de linguagem jurídica, bíblica). Por exemplo: “Dize-me o que ouves... dir-te-ei quem és” (slogan usado por um site de publicidade musical) em que o produtor espera que os leitores reconheçam a frase bíblica “Dize-me com quem andas e dir-te-ei quem és”. Isso porque a Bíblia é tomada como um livro de verdades, ao se adaptar a sentença, a intenção da propaganda é conquistar a confiança do leitor.

A intertextualidade é um recurso geralmente usado para questionar, despertar novos sentidos, ou até mesmo inverter os sentidos já existentes. Vejamos agora o exemplo de uma canção de Chico Buarque, e os chamados provérbios populares que o autor inverte, questionando-os e olhando-os sobre outro ângulo, atribuindo-lhes novos sentidos:

Provérbios Populares

“Uma boa noite de sono combate os males”.

“Quem espera sempre alcança”.

“Devagar se vai longe”.

“Quem semeia vento, colhe tempestade”.

“Faça o que eu digo, não faça o que eu faço”.

“Pense, antes de agir”.

Bom Conselho

Ouçã um bom conselho
Que eu lhe dou de graça
Inútil dormir que a dor não passa
Espere sentado
Ou você se cansa
Está provado, quem espera nunca alcança
Venha, meu amigo
Deixe esse regaço
Brinque com meu fogo
Venha se queimar
Faça como eu digo
Faça como eu faço

Aja duas vezes antes de pensar
Corro atrás do tempo
Vim de não sei onde
Devagar é que não se vai longe
Eu semeio vento na minha cidade
Vou pra rua e bebo a tempestade
(Chico Buarque, 1972)

Dessa forma podemos concluir que a intertextualidade não é apenas uma questão de identificação da fonte, mas sim uma relação de referências de um texto empregada a outro e que influencia tanto os produtores como os leitores dos textos produzidos.

Bibliografia

MARCUSHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo, Cortez, 1989.

<http://educacao.uol.com.br/portugues/ult1693u2.jhtm> Acesso em 06/10/09.

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA E DA INTERTEXTUALIDADE

Janayna da Silva Neves
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

O meu objetivo neste trabalho é refletir sobre a escrita e a intertextualidade, mostrando a sua importância para os estudos da linguagem.

A escrita surgiu há cerca de 4.000 a.C., através de desenhos conhecidos como “rupestres”, feitos pelo homem no interior das cavernas, com o intuito de registrar as histórias da humanidade. Mas, com a necessidade de o homem se comunicar de lugares distantes, a escrita passou a se evoluir cada vez mais, com o propósito de tornar mais práticos os meios de comunicação e também porque a civilização foi tomando espaço e a humanidade passou a criar comunidades que necessitavam de um meio que garantisse a nomeação de suas terras e a contabilização dos produtos que, àquela época, se baseavam na agricultura; contudo, os homens que habitavam as comunidades passaram a gravar em placas de barro.

Da era pré-histórica à era moderna, a escrita sofreu inúmeras modificações até se tornar a pronúncia do som e da fala. A língua deixou de ser representada por pictogramas (ideias e objetos representados por desenho) e foi se adaptando, dando origem às palavras. Atualmente podemos nos deparar com a escrita na era digital, e o impressionante é a evolução da escrita chegar aos computadores, com o homem sempre procurando dar conforto à sociedade com a tecnologia e, graças a isso, hoje podemos digitalizar as palavras e variar de gêneros na escrita.

Além disso, são situações que, de certa forma, vivenciamos dia após dia, porque a todo tempo nos deparamos com diversas produções de textos em anúncios, slogans, placas etc.

Diante de tantas variações de se construir um texto, uns surgiram se referindo a outros, e para explicar esse processo criou-se um estudo para esses tipos de produções textuais. Assim surgiu a intertextualidade que, segundo Bakhtin (1969), em seus estudos na década de 20, era um dialogismo porque afirmava que intertexto são duas vozes coexistindo em um mesmo texto, ou seja, os textos estão sempre se comunicando uns com os outros.

Tempos depois, Julia Kristeva, em 1969, deu continuidade aos estudos de Bakhtin, desenvolvendo teorias que deram origem à intertextualidade, que, para os modernistas, foi denominada de antropofagia, caracterizada como uma ocorrência intertextual ou dialógica.

A intertextualidade ocorre quando um texto faz referência a um ou a diversos textos, podendo ter sua origem reconhecida pelo leitor. Essa referência às obras pode ocorrer de forma explícita ou não, ou seja, o produtor do texto pode ou não citar a fonte de onde fez

referência, por isso o leitor deve sempre ler bastante, para saber quando um texto se baseia em outro.

As características da escrita, geralmente, aparecem nos manuais como: ter sempre organização, composição e verbalização. As principais características intertextuais são os modos de se apresentar e podem ocorrer de forma explícita ou implícita. Um texto explícito ocorre quando o autor da produção do intertexto informa a fonte de sua citação. Como, por exemplo, em um texto científico em que um nome é citado: “Segundo o biólogo Carlos Almeida, os estudos científicos estão cada vez mais complicados”. Este exemplo trata-se de uma citação indireta (transcrição das ideias do autor consultado, porém usando as suas palavras, ou seja, parafraseando), mas o intertexto também pode ser apresentado com uma citação direta (uma parte do texto original apresentado entre aspas).

Já na forma implícita, a indicação da fonte é oculta, isso porque o produtor confia na “memória social” do leitor, acredita em seu conhecimento de mundo para que ele possa reconhecer a que texto o produtor faz referência.

Existem outros meios de caracterizar a intertextualidade em um texto como: recurso tipográfico que sinaliza a presença do texto origem através de aspas, anexos de notas musicais para dar pista ao leitor de que o texto-fonte é uma música, ou também pode não sinalizar nada, apenas fazer o intertexto diretamente. A escrita deve sempre ser precisa e clara.

É difícil encontrar um meio de diferenciar a escrita de intertextualidade, porque ambas tratam de representar e conceituar ideias, e a intertextualidade também pode se apresentar através de pinturas e charges e não só na escrita. O que poderia dizer é que há mais semelhanças que diferenças.

O texto sempre se organiza em relação ao outro texto, pois sempre produziremos textos referindo-se a outros, conscientemente ou não; isso acontece porque cada leitor tem um conhecimento de mundo muito particular, ou um conhecimento prévio, que vem da leitura. Por isso é fundamental tratar de intertextualidade, sabendo que não basta se referir e identificar o texto-fonte em um intertexto, mas também, e principalmente, identificar o objetivo do produtor, que pode criticar, ironizar, humorizar ou simplesmente usar o gênero como “roupagem” da produção. A intertextualidade é sempre usada estrategicamente, por isso é necessária a atividade de ler, pois um texto pode ou não indicar a fonte.

Este trabalho, para mim, foi muito significativo, e não há como estipular um valor, acredito que cresci tanto no curso de Letras como no meu cotidiano, pois passei a observar que na minha casa ou até mesmo nas ruas por onde passo, nas músicas que ouço, nas frases e ditados populares, o quão é grande o campo da intertextualidade. Este é um assunto interessante que poucos prestam atenção.

Bibliografia

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.

http://escritaeescritores.com.sapo.pt/Historia_e_origem_da_escrita.htm Acesso em 27/09/09.

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/viewFile/65/25> Acesso em 27/09/09.

<http://cachoeira.ulbra.tche.br/letras/arquivos/downloads/70.doc> Acesso em 27/09/09.

PROGRESSÃO TEXTUAL: PROCEDIMENTOS LINGUÍSTICOS

Jeferson Dione
(Acadêmico/Letras/UNEMAT)

Neste artigo vamos abordar a progressão textual e o processo de seus elementos linguísticos, considerados como fatores essenciais tanto para o sentido do texto quanto para o seu desenvolvimento.

Na perspectiva do sentido e da sequência de texto, a progressão textual, segundo Koch (2003), se define por avançar o texto, dar continuidade ao tema proposto por meio de retomadas para que o sentido se mantenha sobre o tema.

A progressão textual é apresentada pela Linguística Textual como resultado de um conjunto de procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto, diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, enfim, progressão textual é a sequenciação das ideias.

O texto, segundo Koch (idem), enquanto estrutura de compreensão como um todo, são elementos interdependentes, sendo cada um necessário para a compreensão das demais. Para que ocorra a compreensão textual faz-se necessário a intervenção de elos cognitivos que possibilitem a progressão do texto, mantendo o sentido textual.

Dentre os mecanismos de progressão, na Linguística Textual, destaca-se a progressão temática pela articulação tema-rema. Objetiva-se, com esse mecanismo, ampliar as perspectivas de abordagem textual de modo que se possa oferecer ajuda para o ensino de produção de textos.

Para Koch (2009), a conservação do tema é importante para manter os enunciados coerentes, partindo de elementos dos mesmos conjuntos de palavras. Assim, a progressão temática, articulada pelo tema rema, decide-se por avançar a escrita do texto por meio de enunciados que trazem consigo um tema, algo que será dito, e um rema, tudo aquilo que se diz a respeito do tema, permitindo aos enunciados manter o prosseguimento dos projetos que o contexto propõe sobre determinado assunto.

Bibliografia

KOCH, Ingerora Grunfeld Vilhaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingerora Vilhaça. ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

[PPT] Coerência e Produção e Progressão Textual. Disponível em http://www.google.com.br/search?hl=ptR&source=hp&q=progress%C3%A3o+textual&meta=&rlz=1R2ADSA_pt-BRBR346&aq=f&oq= Acesso em 02 de setembro de 2009.

UM ESTUDO SOBRE OS ADVÉRBIOS MODALIZADORES

Jéssica Natália Oliveira
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Neste trabalho farei uma abordagem sobre os advérbios modalizadores, com o objetivo de mostrar, ao leitor, a importância e a contribuição desses advérbios para a linguagem cotidiana do sujeito falante.

Segundo Rosa (2006, p.106), "os advérbios modalizadores da sentença expressam a atitude do falante em relação àquilo de que fala", acrescentando também que, na formação de advérbios de modo, utiliza-se o sufixo *-mente*, que as gramáticas do português, em geral, consideram como um processo de afixação, sendo, então, o *-mente*, um sufixo que se adiciona a adjetivos para a formação dos advérbios (CUNHA e CINTRA, 1985, SAID ALI, 1921/1964).

Os advérbios modalizadores surgiram recentemente após estudos mais amplos desenvolvidos por Sidney Greenbaum, em 1972. Nesse mesmo ano, Jackendoff faz uma abordagem sobre a semântica, definindo os advérbios de modo como aqueles que modificam a significação do verbo e funcionam como predicadores de um predicador.

Ilari (1992) apresenta primeiramente os advérbios modalizadores através da "teoria da cebola" elaborada por Dascal (1986), mas introduz alterações em sua criação, pois Ilari compreende que Dascal reconhece, ao administrar a significação, que os emissores fixam suas intenções comunicativas em três camadas diferentes: a proposicional, a modal e a pragmática.

Ilari (idem) classifica os advérbios modalizadores como predicativos, no eixo semântico, pois as duas operações que são representadas por ele, através dos predicadores "falar de" (selecionar um tema) e "falar que" (formular uma declaração a partir do tema), levam a camada proposicional de Dascal, que considera a proposição como um conhecimento ou uma crença, diante das quais ele manifestará as suas emoções e expectativas. Sendo, então, os modalizadores advérbios que expressam essa significação.

Uma investigação mais específica desses advérbios, no *corpus* do Projeto de Gramática do Português Falado, resultou em algumas alterações que atualmente são apresentadas da seguinte forma: (1) os modalizadores epistêmicos, subdivididos em três classes: os asseverativos, os quase-asseverativos e os delimitadores; (2) os modalizadores dêonticos; (3) os modalizadores afetivos subdivididos em dois tipos: subjetivo e intersubjetivo.

Os advérbios modalizadores epistêmicos são aqueles que expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição. Os modalizadores epistêmicos asseverativos são os advérbios que indicam que o falante considera verdadeiro o

conteúdo apresentado por ele, podendo ser uma afirmação ou negação que não dão margem a dúvidas, ou seja, eles têm por alvo toda a sentença, atuando de forma monovalentemente, gerando assim um só efeito de sentido reconhecível.

Podemos identificar os asseverativos afirmativos através das seguintes palavras: realmente, seguramente, incontestavelmente, logicamente, forçosamente, fatalmente, obviamente, naturalmente, inegavelmente, indiscutivelmente, certamente, efetivamente, indubitavelmente, exato, claro, certo, lógico, pronto, na realidade, sem dúvida, mesmo. E os negativos como de jeito nenhum, de forma alguma. Estes advérbios são representados pelo predicador "eu sei [com certeza] que".

Os quase-asseverativos são advérbios que indicam que o falante considera o conteúdo quase certo, como uma hipótese que depende de confirmação, ou seja, o falante dispõe de recursos para cuidadosamente (re)elaborar a mensagem, manipulando-a de acordo com a intenção discursiva que lhe é imposta, no momento, deixando uma espécie de dúvida ao qual poderá afirmar ou negar, no decorrer da situação. Os advérbios identificadores destes modalizadores são: possivelmente, provavelmente, eventualmente, e são representados pelos predicadores "eu acho", "eu suponho" e "é provável".

Os delimitadores são os advérbios que estabelecemos limites dentro dos quais se deve encarar o conteúdo, portanto, eles restringem o âmbito de informação veiculada pela proposição, produzindo dois efeitos de sentido: o que gera uma negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do diálogo e, o outro, que implica no domínio do conhecimento que convém à comunidade. Eles podem ser identificados através dos seguintes advérbios: quase, um tipo de, uma espécie, em geral, em princípio, fundamentalmente, basicamente, praticamente, do ponto de vista, geograficamente, biologicamente, historicamente, profissionalmente, pessoalmente, e são representados pelo predicador complexo "digamos que do ponto de vista x, y".

Os modalizadores dênticos são os advérbios que indicam que o falante considera o conteúdo como um estado de coisas que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente. São usados quando o falante deseja atuar fortemente sobre o interlocutor, lhe destinando uma ordem. Esses advérbios podem ser representados pelo predicador "tem que" e podem ser identificados por: obrigatoriamente, necessariamente.

Os modalizadores afetivos são os que verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional. O primeiro tipo de modalizador afetivo é o subjetivo, que busca expressar uma predicação dupla, a do falante em face e a da própria proposição como: felizmente, infelizmente, curiosamente, surpreendentemente, espantosamente. E o segundo tipo é o intersubjetivo, que expressa uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor e pode ser identificado através dos advérbios: sinceramente, francamente, lamentavelmente e estranhamente.

Para melhor compreensão desses conceitos, farei a distinção de modalidade e modalização que são os dois modos de julgamento do falante. A modalidade ocorre quando o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa). E a modalização quando o falante manifesta seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou manifestando seu julgamento sobre a forma selecionada para a verbalização desse conteúdo.

Segundo Kovacci (1972), Vogt-Figueira (VOGT, 1989, p. 165-210),

a modalização movimenta diferentes recursos linguísticos: 1) a prosódia, como nos alongamentos vocálicos e na mudança de tessitura, em 'trabalhei muito, mas muito mesmo'; 2) os modos verbais; 3) os verbos auxiliares como dever, poder, querer e os verbos que constituem orações parentéticas e matrizes como achar, crer, acreditar; 4) adjetivos, só ou em expressões como 'é possível', 'é claro', 'é desejável'; 5) advérbios como possivelmente, exatamente, obviamente etc.; 6) sintagmas preposicionais em função adverbial, como 'na verdade', 'em realidade', 'por certo' etc.

Apesar de existir diferenças entre modalidade e modalização, elas são usadas sinonimamente por haver sempre a avaliação prévia do falante sobre o que ele fala (conteúdo).

Desta forma podemos concluir que os advérbios modalizadores estão sempre presentes em nosso vocabulário, e muitas vezes os usamos de forma inconsciente para produzir sentido nas sentenças que produzimos, de modo que o receptor consiga compreender a mensagem emitida.

Este trabalho contribuiu muito para meu aprendizado, ampliando meu conhecimento, e além de ter sido prazerosa a sua realização, me estimulou a não deixar de sanar minhas dúvidas quando estas se fizerem presentes, e observar, no cotidiano, o uso das modalizações na linguagem.

Bibliografia

CASTILHO, A. T e C.M.M.CASTILHO. In ILARI, Rodolfo. **Gramática do português falado**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1992.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DASCAL, M. A. relevância do mal-entendido. **Cadernos de estudos linguísticos**. 1986, 11, p. 199-217.

ROSA, M.C. **Introdução à morfologia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

UM ESTUDO SOBRE GÊNEROS TEXTUAIS

Juliana Carvalho da Silva
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Neste trabalho tomo como tema de estudo os gêneros textuais. Os estudos sobre gêneros textuais, segundo Marcuschi (2009), não são novos, iniciaram-se no Ocidente com Platão, há pelo menos vinte e cinco séculos.

Antigamente, quando se pensava em gênero, ligava-se diretamente aos gêneros literários, cuja análise, iniciada por Platão, passa por Aristóteles, Horácio, Quintiliano, pela Idade Média, o Renascimento e chega a Modernidade. Atualmente a noção de gênero não está somente ligada à literatura, pode-se referir também a um tipo de discurso falado ou escrito, com ou sem contribuições literárias.

Bakhtin, pensador russo que deu início à análise de gêneros, define-os em primários e secundários. Os primários são aqueles constituídos em situações cotidianas, como e-mail, lista de compras, bilhetes, cartas, etc. Os secundários constituem-se a partir dos primários e estão relacionados às esferas mais complexas do meio social.

Marcuschi, professor da Universidade Federal de Pernambuco, principal pesquisador sobre gêneros textuais no Brasil, afirma que todas as nossas produções orais e escritas se realizam através de gêneros, ou seja, nos comunicamos por meio deles.

Para Koch (2009), todos nós desenvolvemos uma “competência metagenérica” ao longo de nossa existência, que nos ajuda a interagir da melhor forma possível, em determinadas situações e práticas sociais, possibilitando-nos a diferenciar os diversos tipos de gêneros como horóscopo, receita, monografia entre tantos outros.

Todos os gêneros caracterizam-se por ter uma forma, um estilo, um conteúdo e também uma finalidade, que vai depender exclusivamente de quem escreve, para quem se escreve, e com que intenção. Mas o que irá prevalecer sempre, independente do tipo de gênero, é a sua função.

Por exemplo, quando fazemos uma lista de compras de supermercado, temos um objetivo; não esquecer o que deve ser comprado. Cada indivíduo produz e organiza sua lista de uma determinada maneira, mas a função é a mesma. Isso também acontece, quando mandamos um torpedão de celular para um amigo. A forma que escrevemos é particular, dependendo do conteúdo ou do grau de intimidade entre ambos, mas o que vai prevalecer é a função da mensagem. Portanto, esse é um dos conceitos básicos sobre gêneros textuais, sua forma, seu estilo e composição mudam, mas a função vai sempre permanecer.

Segundo Marcuschi (2008), tipos textuais são aquelas categorias conhecidas como narração, argumentação, descrição, injunção ou exposição. Quando predomina uma dessas

categorias em um determinado texto, dizemos que ele é narrativo, argumentativo, descritivo, injuntivo ou expositivo.

Adam, Schnewly e Dolz (2008) defendem a ideia de que todo texto é formado de sequências textuais, cabendo ao escritor definir qual sequência será mais adequada à situação em que está presente e que efeitos quer produzir. Muitas vezes encontramos em um texto mais de uma sequência textual.

Este trabalho contribuiu significativamente para a minha formação como acadêmica do curso de Letras, ampliando meu conhecimento sobre gêneros textuais, como sua origem, os primeiros estudiosos, seu uso e importância para os estudos da linguagem.

Bibliografia

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

A COESÃO TEXTUAL

Maria Justina de Arruda e Silva
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

A coesão textual, objeto deste estudo, tem sido predominantemente desenvolvido dentro do ramo da linguística denominada Linguística Textual. Surgida no ano de 1960, na Europa, mais precisamente na Alemanha, somente na década de 70 ganhou projeção.

A linguística textual toma como objetivo investigar o texto por acreditar que o mesmo é uma unidade de comunicação. Inicialmente, teve-se a preocupação em entender os fenômenos (sintático-semânticos) que existiam entre palavras ou sequências de frases isoladas. Houve anteriormente um estudo semelhante, momento esse chamado de análise-transfrástica, porque ainda não se tinha a distinção entre coesão e coerência do texto.

Muitos foram os estudiosos que desenvolveram estudos sobre a coesão e dentre eles destacam-se Halliday e Hasan, cujo trabalho contribuiu para as pesquisas sobre esse fenômeno.

À coesão cabe interligar as partes do texto, de forma que nada fique solto e possa produzir uma sequência de sentidos, já a coerência tem o objetivo de constatar se há uma continuidade de sentidos no enunciado.

A coesão do texto é formada por relações textuais que podem ser por: reiteração, associação e conexão. Essas relações acontecem graças a vários procedimentos como repetição, substituição, lexical e sintático-semântico. Esses procedimentos se desdobram em vários recursos como paráfrase, paralelismo, repetição propriamente dita, substituição gramatical, substituição lexical, elipse, seleção de palavras semanticamente próximas e uso de diferentes conectores.

A seguir, mostraremos um exemplo de coesão por substituição lexical.

Existem evidências de que os sapos habitam a terra desde o período jurássico. Mas, ao contrário dos dinossauros, a mais imponente estirpe de 200 milhões de anos atrás, os anfíbios sempre foram considerados párias do reino animal (IRANDÉ, 2005, p. 104).

A substituição lexical do exemplo acima está nas palavras *sapos* e *anfíbios*, pois ambas são equivalentes quanto ao seu significado e dizem a mesma coisa. Portanto, a coesão textual tem por objetivo produzir sentidos no texto, de forma que o mesmo seja interativo.

Posso dizer que aprendi muito com este trabalho, não foi fácil, e tomo como uma grande experiência e aprendizado.

Bibliografia

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textual**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

IRANDÉ, Costa Antunes. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. 4. ed. São Paulo: Párola Editorial, 2005.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística textual**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS E O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA

Kamylla Martos
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Como falantes de língua portuguesa, percebemos que há situações em que a língua se apresenta sob uma forma diferente daquela que habituamos a ouvir em casa ou através dos meios de comunicação. Essa diferenciação, no interior de uma mesma língua, denomina-se “variedade lingüística”.

Segundo Tarallo (1994), variação lingüística são diversas maneiras de se dizer uma mesma coisa em um mesmo contexto, sem que esta perca seu valor de verdade. Podemos caracterizá-la, também, como situações de fala que não se agregam à norma padrão da língua portuguesa, mas isso não significa que esse modo diferente de falar esteja “errado”, pelo fato de toda enunciação ser válida, desde que seu significado real não seja alterado.

Bagno (2001) afirma que não existe uma única língua portuguesa pelo fato de se considerar as variações linguísticas relevantes, importantes e por constituírem fatores comuns da língua decorrentes do contato intercultural. Além disso, no Brasil, são praticadas, além do português, mais de 150 línguas, entre línguas indígenas e língua dos imigrantes.

A norma padrão de língua portuguesa é obrigatória para todas as ações próprias da relação dos cidadãos com o Estado (seu país) e do estado (o País) com os cidadãos. Isto pode ser observado com facilidade no caso da escola. Contudo, existe uma pluralidade de discursos, pelo fato de a língua ser um organismo vivo que se modifica constantemente.

Travaglia (2009) divide variações linguísticas em dialetais e registros. As variações dialetais são sensíveis a fatores como região geográfica, sexo, idade, geração, função e classe social dos falantes.

As variações dialetais territoriais decorrem da diferenciação no modo de falar entre pessoas de regiões diferentes, mas que utilizam a mesma língua. O Português falado em Portugal, por exemplo, é diferente do português falado no Brasil. Podemos perceber essa diferenciação tanto na fala quanto na escrita.

Os dialetos, na dimensão do sexo, representam as variações que ocorrem na enunciação de pessoas de sexo oposto. Existe a fala masculina e a fala feminina, ambas distinguem-se, como mostram os exemplos abaixo:

- A) – Mariana (Querida), preciso te contar o que aconteceu ontem.
 - Comprei uma blusinha linda.
- B) – Rapaz, preciso te contar o aconteceu ontem.
 - Comprei uma camiseta bonita.

As variações dialetais, na dimensão de idade, decorrem da diferença na fala de pessoas de idades diferentes. A gíria é um tipo de dialeto de idade, utilizada por grupos de adolescentes como forma de distinguir sua linguagem das demais.

Os dialetos, por geração, são variações que ocorrem na língua de acordo com sua evolução, transformação histórica. Podemos perceber esse tipo de dialeto na língua escrita, em textos antigos.

Os dialetos, em relação à função, representam a variação de acordo com a função desempenhada pelo falante, e a fala vai depender da situação em que se encontra o sujeito, como a diferença que ocorre na fala de políticos, representantes do povo.

As variações dialetais, decorrentes da classe social, representam o modo de usar a língua de pessoas de classes sociais diferentes e bem definidas, como professores, médicos, marginais, motoristas, entre outros.

As variações de registro classificam-se em grau de formalismo e modo. O grau de formalismo representa uma escala de formalidade. O falante dispõe de vários recursos da língua, para que esta se aproxime o máximo da norma culta. Já a variação de modo é contraposição entre fala e escrita, ambas são distintas, cada uma apresenta suas próprias características, entretanto, se complementam, uma não existe sem a outra.

As variações lingüísticas apresentam grande influência no ensino/aprendizagem. Pelo fato de existir uma norma padrão de língua portuguesa, tudo que foge a essa norma padrão, tudo que foge à norma é considerado errado, mas esta concepção é falsa. Não existe português certo ou errado, por considerar que todas as variedades apresentam eficácia, em termos comunicacionais, ou seja, o que realmente é levado em consideração é o significado de determinada expressão. E os professores de língua materna devem estar cientes disso, para que não haja nenhum tipo de injustiça para com os alunos falantes de variações lingüísticas.

Normalmente, na escola, a norma padrão de língua portuguesa é falada por crianças de classe social prestigiada, decorrente do maior contato com livros, revistas, jornais, gibis, enfim, "o mundo da leitura". Os professores, conseqüentemente, dão maior atenção a esses alunos, pelo fato de já apresentarem um domínio considerável sobre a norma padrão da língua e possuem maior facilidade para aprender e desenvolver a língua padrão. Enquanto isso, os alunos de classe social desprestigiada, que apresentam maior dificuldade na aprendizagem da língua padrão, são prejudicados pelo próprio professor que, não cumprindo com o papel de educador, retém o aluno

As crianças ditas "desprestigiadas" não progridem e, se avançam, apresentam maior dificuldade, devido à indiferença" do professor. Portanto, o educador deve ter um domínio sobre as variações lingüísticas para que não ocorra mais esse tipo de preconceito. Além disso, existem situações diferentes para cada tipo de fala. E foi pensando nisso que Travaglia

(2009) propõe que sejam ensinadas nas escolas variedades que, em determinadas situações, a norma padrão não seja conveniente.

A partir da leitura de textos sobre “variação linguística e o ensino de língua materna”, conclui-se que não existe uma única língua portuguesa, mas uma infinidade de discursos originados pelo contato intercultural. Essa pluralidade dos discursos é denominado variação linguística, que foge à norma padrão da língua portuguesa.

Assim, como acadêmica do curso de Letras, o presente trabalho possibilitou-me importantes reflexões sobre a língua e a arte de ensinar. Espero que, quando lecionar, ter uma visão ampla e madura sobre variações linguísticas, para que não cometa nenhum tipo de discriminação para com o aluno falante de determinada variedade linguística.

Bibliografia

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 4. ed. São Paulo, SP: Ática, 1994.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 11. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2001.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A variação linguística e o ensino de língua materna. In: _____. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

A IMPORTÂNCIA DO DICIONÁRIO

Marllus Everton Trindade Mejia
(Acadêmico/Letras/UNEMAT)

Neste artigo proponho apresentar um estudo sobre o dicionário, a partir da sua institucionalização. Segundo Aníbal (2003), vale a pena refletir sobre a evolução do saber lexicográfico no Brasil, perceber o seu funcionamento, a forma como é definido tal como se apresenta, sua importância e, mais que isso, evidenciar o que ele pode transmitir às pessoas.

O verbete “dicionário” foi usado pela primeira vez, por volta de 1225, pelo inglês John Garland, ao dar um título a uma lista de palavras latinas a serem aprendidas por estudantes. A história dos dicionários é parte da história das culturas e das ideias, pois os dicionários refletem não apenas a evolução das línguas como também registram o desenvolvimento das comunidades linguísticas.

De acordo com Pereira, Crepschi, Abreu e Mora (2008, p. 430), “a análise de dicionários faz refletir sobre a intrínseca relação entre ciência e instrumentação linguística, que permite compreender a gradual institucionalização de um idioma, em relação com seus falantes”.

Para Orlandi (2002, p. 428), “o dicionário silencia sobre o fato de que não há palavra, não há sentido sem interpretação, sem ideologia, justamente, por que o efeito ideológico da dicionarização, tal como procede, apaga a ideologia” Isto é, o dicionário pode apresentar os vocábulos com os seus respectivos significados, no entanto, há outras interpretações determinadas pela ideologia e que o dicionarista, por apenas apresentar o respectivo sentido, é neutro e nada pode fazer ou dizer.

O dicionário é um livro que possui a explicação dos significados das palavras. O seu uso está ligado à tradução, pois é a ferramenta fundamental para o tradutor. Assim, aprender a conhecer e avaliar os dicionários e, conseqüentemente, saber como melhor manuseá-lo, é extremamente importante para que a escolha desse “companheiro de trabalho” seja sábia e mais proveitosa, para que a tradução seja bem sucedida. A verdade, entretanto, é que as palavras procuradas nos dicionários só se incorporam de fato aos nossos hábitos linguísticos quando as ouvimos ou lemos (GARCIA, 1980).

A questão do uso do dicionário não é um problema que deve ser esquecido, pois quando usamos, mantemos um vínculo que poderá trazer ou não respostas que muitas vezes não encontramos. Em função disso, acredito que há uma variedade considerável de dicionários que poderá contribuir para aqueles que queiram entender sobre significados ou sinônimos de palavras que, geralmente, não são perfeitos. Sendo assim, penso que a

aquisição de um dicionário é indispensável para estudos e pesquisas, e o trabalho que desenvolvi sobre “A Importância do Dicionário” abriu as portas para um saber que já tinha esquecido, embora soubesse que esse instrumento pode ajudar a resolver algumas dúvidas quanto à significação de palavras e/ou expressões.

Para Auroux (1992, p. 422), “o advento da escrita constitui a primeira grande revolução tecnológica das ciências da linguagem. A segunda revolução seria a da “gramatização”, isto é, o processo pelo qual se descreve e se instrumenta uma língua através de duas tecnologias: o dicionário e a gramática”. Desta forma, pode-se notar que, antes da constituição do dicionário, a escrita já estava num processo de construção e, principalmente, de organização das palavras.

Existe uma variedade de dicionários que já estão à disposição dos diversos leitores e pesquisadores. Pois a sua utilidade não está ligada somente a significados das palavras. Isto é, existem dicionários de termos técnicos, usados em áreas específicas do conhecimento. Num dicionário de medicina, por exemplo, são explicados os termos relacionados à área médica. Desta forma, existem os dicionários de eletrônica, mecânica, biologia, informática, mitologia, que mantêm o verbete dicionário.

A partir do estudo sobre o dicionário, pude compreender como a sua utilização é importante e que, de maneira geral, está ligado a todo saber comum e científico. Desta forma percebi que há vários instrumentos que auxiliam a pesquisa e o dicionário é um deles. Assim, concluo que o dicionário é um instrumento importante para conhecer a etimologia, a grafia e os significados dos vocábulos que constituem o léxico da Língua Portuguesa.

Bibliografia

DIAS, Aníbal da Costa. **Os dicionários jurídicos e seus usuários**. Campinas, SP: [S.N], 2003. Disponível em: <http://Unicamp.br/document/?Code=vtls0003117272>. Acesso em 2 de setembro de 2009.

ORLANDI, E.P. (2002). **Lexicografia discursiva**. Ed.Cortez. Disponível em: <http://unicamp.br/document>. Acesso em 26 de setembro de 2009.

HORTA NUNES, J. e PETTER, M. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. SP: Pontes, 2002. Disponível em: <HTTP://Unicamp.br/document>. Acesso em 26 de setembro de 2009.

BORBA, F.S. (2004). **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Ed. Unesp, 2004. Disponível em: <http://UNESP.br/documents>. Acesso em 25 de setembro de 2009.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1992.

GARCIA, Othon Moacir. **Comunicação em prosa moderna**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1982.

METÁFORA: DE ARISTÓTELES A HALLIDAY

Sebastiana Aparecida de Souza Nunes
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Este artigo tem como objeto de estudo um dos fenômenos da linguagem, a metáfora, que vem desde muitos séculos despertando o interesse de muitos estudiosos e, por ser tão característico do ser humano e do uso que faz da linguagem, continua sendo objeto de variadas e inesgotáveis reflexões.

O termo “metáfora” deriva da palavra grega ‘*metapherein*’, que significa ‘transferência’ ou ‘transporte’. Etimologicamente, é formada por ‘meta’, que quer dizer ‘mudança’ e por ‘*pherein*’, que significa ‘carregar’.

A metáfora se destaca no âmbito das “figuras de palavras ou tropos” e também pode ser chamada de “figura de estilo”, e possibilita a expressão de sentimentos, emoções e ideias, de modo imaginativo e inovador, por meio de uma associação implícita entre dois elementos, ou seja, a metáfora exige uma transposição do sentido de uma determinada palavra para outra, cujo sentido originalmente não é literal. A metáfora é uma poderosa fonte de novos conhecimentos e novos comportamentos e pode ser, conscientemente, usada pelos homens para dar mais “cor e força” a sua fala e escrita. Também é considerada como um meio econômico de expressar uma grande quantidade de informação e, ainda, como um instrumento usado para dar conta de algo novo que surge na ciência ou no cotidiano.

Por exemplo:

1. “O amor é o fogo que arde sem se ver”.
2. “O amor é um livro e sexo é esporte”.

Por ser um assunto que vem sendo estudado pela humanidade por 2500 anos, apresentarei como as diversas teorias e tradições do estudo de metáfora a definem ao longo dos tempos. A noção mais antiga vem do Ocidente, no século IV a.C. com Aristóteles. Segundo ele, a metáfora é o uso do nome de uma coisa para designar outra. Na *Arte Poética*, ele a define como “A transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, por via de analogia” (*Poética*, III, IV, 7, p.182). Também considera a comparação direta como uma metáfora: “entre uma e outra a diferença é pequena” (*Retórica*, XXI, 13, p. 274). Além disso, defende a utilidade das metáforas na comunicação, desde que elas sejam bem empregadas. Aristóteles acredita que a metáfora permite expressar uma ideia nova e, sendo assim, passa a exigir, do ouvinte ou leitor, um trabalho mental para encontrar o ponto em comum entre as entidades.

Outros autores como Cícero, Horácio, Longinus e Quintiliano reforçaram os pressupostos aristotélicos e consideraram que a metáfora representa a forma mais nobre e essencial para o embelezamento da linguagem vulgar. Para o filósofo John Searle (1993), a metáfora seria um tipo de discurso indireto, cujo conteúdo poderia ser diretamente parafraseado. Porém, Richards (1971) acredita que a metáfora não constitui um modo excepcional de utilização da linguagem, mas antes o modo como a língua é repleta de conceitos e ideias metafóricas.

Outro importante teórico é Max Black (1955, 1962), que desenvolveu três visões no estudo da metáfora: a teoria da substituição, que implica substituir um termo literal por um não literal; a teoria da comparação, no qual alega que a metáfora é uma comparação implícita; e a teoria da interação, na qual acredita que a metáfora possui um sentido novo que advém da interação entre tópico e o veículo.

Paulo Ricoeur (1983, p.148), em sua obra *A metáfora viva*, ressalta que “não há metáfora no dicionário, apenas existe no discurso; neste sentido, a atribuição metafórica revela melhor que qualquer emprego da linguagem o que é uma fala viva; esta constitui por excelência uma instância do discurso”.

A teoria da metáfora conceptual fundada por George Lakoff e Mark L. Johnson, no final da década de 1970, e publicada, em 1980, em seu livro *Metaphors We Live By*, relata que não há verdades absolutas, pois as metáforas são culturais, resultantes de mapeamentos relevantes para certas civilizações ou ideologias, e que são uma representação mental, abstrata, porém sabe-se que elas existem, pois tomam forma tanto na fala quanto na escrita por meio de expressões metafóricas.

Contrapõem, a essa teoria, Charteris-Black (2004), Koller (2004), Zanotto (1995), por acreditarem que a metáfora é um fenômeno social e não individual ou corporificado. Já o linguista britânico Michael Halliday, na teoria da metáfora gramatical, tenta explicar o funcionamento da linguagem por meio de descrições de como as pessoas falam ou escrevem e quais escolhas fazem nesses processos.

Após realizar várias pesquisas e obter inúmeras informações para a elaboração deste artigo, o que se pode constatar é que a linguagem humana é um código muito complexo, que exibe grande quantidade de palavras que podem apresentar vários sentidos em nível das frases, os quais chamaram de figurados, ou seja, são usos não literais das palavras e expressões da língua.

Neste artigo explorei esses usos figurados, mais especificamente a metáfora, considerada a figura mestra, e também algumas teorias e tradições que a definem ao longo dos tempos, e o que se pode dizer é que a linguagem cotidiana é, em grande parte, metafórica, pois sempre se pode recorrer ao uso das metáforas para expressar pensamentos, ideias, emoções, e que as metáforas são muito mais que uma simples

transposição de significados, ou seja, usar a metáfora é criar a capacidade de lidar com as palavras, possibilitando a criação de novos universos de conhecimentos.

Foi muito gratificante a elaboração deste artigo, pois pude conhecer como as diversas teorias e tradições, que desenvolveram estudos sobre a metáfora, a definem, e detectar que apesar de ser estudado há séculos, ainda é um campo muito amplo para o desenvolvimento de pesquisas.

Bibliografia

TUFANO, Douglas. **Estudos da língua e literatura**. 4. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 1990.

PERELMAN, Chaim. **Tratado da argumentação**. [prefácio Fábio Ulhôa Coelho; tradução Maria Ermantina Galvão]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Prefácio de Serafim da Silva Neto. 40. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SACCONI, Luis Antônio. **Nossa gramática**. São Paulo: Moderna, 1979.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica**. Brincando com a gramática. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SARDINHA, Tony Beber. **Metáfora**. São Paulo: Parábola Editorial. (Lingua[gem]; 24).

<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbete/M/metáfora.htm> Acesso em 21/08/2009.

<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/11/12.htm> Acesso em 28/08/2009.

FIGURAS DE LINGUAGEM: METÁFORA E METONÍMIA

Sheila S. A. de Sant'Ana Silva
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Dentre as figuras de linguagem classificadas pelas gramáticas normativas brasileiras, escolhi para este estudo a metáfora e a metonímia, que são usadas como formas de expressão para produzir um determinado efeito na interpretação do interlocutor.

As figuras de linguagem são recursos utilizados normalmente para tornar mais expressivo o que queremos dizer, ou ampliar o significado de uma palavra, suprir a falta de um termo adequado, criar significados diferentes. As figuras podem ser usadas tanto na língua falada quanto na língua escrita.

Figuras de linguagem é uma forma de expressar que consiste no emprego de palavras em sentido figurado, isto é, em um sentido diferente daquele em que convencionalmente são empregadas.

Etimologicamente, o vocábulo “metáfora” é formada por ‘meta’, que quer dizer ‘mudança’ e por ‘pherein’, que significa ‘carregar’. O vocábulo metáfora origina-se da palavra grega ‘metapherein’, que significa transferência ou ‘transporte’ (SARDINHA, 2007, p. 21). Em sentido mais específico, significa “transporte de sentido próprio para sentido figurado”

O primeiro a abordar o termo metáfora foi Aristóteles, que a identificou como termo genérico que abarca todas as figuras retóricas em geral. Nesta concepção, Aristóteles, na *Poética e na Retórica*, designa metáfora como “O transporte a uma coisa de um nome que designa um outro, transporte quer do gênero à espécie, quer da espécie ao gênero, quer da espécie à espécie ou segundo a relação de analogia” (idem, cap. 21-25).

Segundo Ernani Terra (1996), metáfora é a alteração do significado original de um termo para estabelecer laços de similaridade com outro termo. Normalmente, uma palavra que designa uma coisa passa a designar outra, por haver entre elas traços de semelhança. A metáfora é, pois, uma comparação implícita, isto é, sem conectivo comparativo.

Já para Rocha Lima (1998), metáfora consiste na transferência de um termo para uma esfera de significação que não é a sua, em virtude de uma comparação implícita.

Ex. : Penetramos no *coração da floresta*.

Sempre foi uma pessoa de *sentimentos baixos*.

Confessou ao sacerdote seu *negro pecado*.

Tanto a metáfora quanto a metonímia tem seu nascimento dentro da retórica tradicional e na poética.

No caso da metonímia, a retórica tradicional não propõe uma conceituação exata, e, talvez, por isso, as referências à “metonímia” normalmente encontradas são um reflexo desta

atitude geral. Em sentido lato, é a figura de linguagem por meio da qual se coloca uma palavra em lugar de outra cujo significado se dá a entender.

Para Rocha Lima (1998), metonímia é baseada numa relação de contiguidade, origina-se este tropo das ideias evocadas por outra com a qual apresenta certa interdependência.

Segundo Ernani Terra (1996, p. 354),

Metonímia ou sinédoque como a metáfora, consiste na transposição de significado de um termo, isto é, uma palavra passa a ser usada com significado deferente do habitual. Todavia, trata-se de uma transposição feita não mais com base em traços semelhantes, e sim por existir um relacionamento entre os significados.

Ex. : Pão para quem tem fome.

Não tinha teto em que se abrigasse.

Procurou no Aurélio o significado daquela palavra.

“Os ladrões e as amantes, meus colegas de copo e de cruz,

Me conhecem só pelo nome de menino Jesus...” (Dalla, Pallotino, Chico Buarque)

Com as leituras realizadas sobre o tema deste artigo, passei a identificar e a compreender melhor os fenômenos linguísticos, metáfora e metonímia, e também pude ampliar meus conhecimentos referentes à forma de pesquisar e produzir um artigo acadêmico.

Bibliografia

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. **Gramática reflexiva**: textos, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática da língua portuguesa**. 35. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

SARDINHA, Tony Berber. **Metáfora**. São Paulo: Parábola, 2007

<http://www.fcsh.unl.pt/edtl> Acesso em 05.09.2009.

UM ESTUDO SOBRE FIGURAS DE LINGUAGEM

Silmara de Fátima
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Segundo Charles Bally (1928, p.318), “o conjunto de processos, que fazem da língua representativa um maio de exteriorização psíquica e apelo, são denominados estilos”, ou seja, é a solução para se fazer da língua a representação intelectual da manifestação psíquica e do apelo. É nesse sentido que diferem a Estilística (que estuda a língua afetiva) e a Gramática (que trabalha no campo da língua intelectual). Segundo Bechara (2006, p. 615), “a estilística é o passo mais decisivo no estudo de uma língua, para a educação do sentimento estético e manifestação da competência expressiva da língua”.

Brandão (1989) traz a distinção entre figuras de palavras e figuras de pensamento, acreditando que pensamentos e palavras eram entidades autônomas na formulação da linguagem. Afirmava-se que o pensamento é anterior à palavra. “Não só os pensamentos são considerados anteriores a palavras, como mais importante que elas. As palavras foram inventadas para servir ao pensamento” (idem, 1982, p. 22).

O uso de figuras de linguagem é um dos recursos empregados para valorizar o texto, tornando a linguagem mais expressiva. É um recurso linguístico para expressar de forma diferente experiências comuns, conferindo originalidade, emotividade ou poeticidade ao discurso. A utilização de figuras revela muito da sensibilidade de quem as produz, traduzindo particularidades estilísticas do autor e escritor que aproveitam para se comunicar ao estilo de vivacidade e beleza.

As figuras de linguagem que trabalharei são classificadas como figuras de pensamento ligadas ao estilo, à estilística, ou seja, o sentido com energia e colorido a serviço das intenções estéticas de quem as usa. Dentre as figuras de palavras de construção e de pensamento, tomarei para análise as figuras denominadas eufemismo, ironia e hipérbole que estão ligadas ao estilo da língua.

O eufemismo é uma figura da retórica caracterizada pela substituição de um termo contundente por palavras menos desagradáveis ou mais polidas, sem alterar o sentido. Essa figura de linguagem de pensamento é muito utilizada para se referir a tabus, buscando uma palavra ou expressão menos desagradável para tentar amenizar o fato. Essa figura é usada por muitos escritores. Por exemplo, a palavra “morte” dá um sentido de perda, e os escritores tentam amenizar, como Luís Vaz de Camões, o escritor poeta que se valeu do eufemismo “tirar ao mundo”, na passagem do episódio de Inês de Castro:

“Tirar Inês ao mundo determina,
“Por Ihe tirar o filho que tem preso...” (Os Lusíadas III, 123)

Outro escritor que se utilizou do eufemismo foi Machado de Assis, no início da obra *Dom Casmurro*:

“Os amigos que me restaram são de data recente: todos os antigos foram estudar a geologia dos compôs santos”.

De Jorge Amado, mostramos o exemplo:

“Nada restará de Guma somente uma história que o velho Francisco legará aos homens do cais, quando for com Janaina¹.”

Esses são alguns exemplos do emprego do eufemismo por escritores e esse recurso da língua é usado também no dia a dia em falas e frases como:

Ele enriqueceu por meios ilícitos. (em vez de roubar)
Você não foi feliz nos exames. (em vez de reprovado)
Ele faltou com a verdade. (em vez de ele mentiu)

Outra figura de pensamento é a ironia que, por sua vez, é a figura que consiste em dizer o contrário do que se pensa geralmente em um tom de zombaria. A ironia depende do contexto, da expressão, dos gestos, do tom de voz e requer um conhecimento de mundo do leitor e falante.

Muitos autores têm feito o uso da ironia como recurso estilístico, mas é necessário observar atentamente o texto como um todo, para perceber o emprego dessa figura.

Nos versos de Chico Buarque há o emprego de ironia:

“A rosa garante que é sempre minha
Quietinha, saiu para comprar cigarros
Que sarro, trouxe umas coisas do norte
Que sorte
“Que sorte, voltou toda sorridente”.

A ironia ocorre também em frases como:

“A excelente dona Inácia era mestre na arte de judiar de crianças”
“O velho começou a ficar com aquela cor bonita: uma tonalidade de cadáver”
“O seu aproveitamento na escola não podia ter sido melhor; reprovado em apenas seis matérias.”

A terceira figura que apresentaremos é a hipérbole, definida como um arranjo linguístico que visa à expressão exagerada da natureza das coisas. O recurso, naturalmente usado pelos poetas, constitui uma figura de linguagem. A presença da hipérbole no texto é, portanto, uma marca de subjetividade.

Nessa figura usam-se muitas expressões como "morrer de rir" ou o brasileirismo como "lindo de morrer". Essas falas fazem parte do repertório das hipérboles do dia a dia e,

¹ Janaina, um dos sete nomes de Iemanjá.

por isso mesmo, seu valor estilístico praticamente já desapareceu, dado que essas expressões já se incorporaram ao cotidiano dos falantes de tal forma que não provocam surpresa ou estranheza necessária para que o leitor se volte para a expressão em si e não só para o seu conteúdo.

Caetano Veloso faz o uso da hipérbole em muitos de seus versos, como:

Queria querer gritar setecentas mil vezes
Como são lindos, como são lindos os burgueses
E os japoneses
“Mas tudo é muito mais”
Essa figura faz uso também em frases como:
Já o avisei mil vezes!
Há um século que te espero!
Chorarei belo resto da minha vida!

Com este trabalho consegui ampliar meus conhecimentos no que diz respeito à realização de uma pesquisa, e concluí que as figuras de linguagem são muito mais do que um recurso usado para descrever as emoções de uma pessoa. Posso acrescentar que esta pesquisa contribuiu para minha formação enquanto acadêmica e espero realizar novas pesquisas.

Bibliografia

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. 3. ed. São Paulo. Scipione, 1996.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, 672 p.

MAZZAROTTO, Luiz Fernando. **Nova redação gramatical e literatura**: aprenda a elaborar textos claros e objetivos. 2. ed. São Paulo: DCL, 2009.

BRANDÃO, R. de O. **As figuras de linguagem**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, C. **A estilística e o ensino de português**. Caderno do CNLF, v. VIII, n. 12, 2004.

WWW.portalimpacto.com.br/docs/00000elizeteaula14conteudosemanticofigurasdelinguagem.pdf. Acesso em 16/09/09.

WWW.uems.br/na/linguisticaealinguagem/07/arquivos/8.1.pdf. Acesso em 16/09/09.

WWW.scrittaonline.com.br/artigos.php?ctd-id90 Acesso em 19/09/09.

WWW.folha.uol.com.br/colunas/noutraspalavras/ult2675u22.shtml. Acesso em 19/09/09.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Thainá Aparecida Ramos de Oliveira
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

A sociedade, de modo geral, é composta de diversos tipos de preconceitos, que são definidos, de acordo com o *Dicionário Aurélio* (2000, p. 551), como “conceitos ou opiniões formadas antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos”.

O preconceito racial, social, religioso entre outros, é muito debatido na atualidade, no entanto, a sociedade se esquece que também há outro ato preconceituoso que necessita de combate em todas as suas vias de proliferação, denominado no campo da sociolinguística como ‘preconceito linguístico’.

Para refletir sobre esse tema, o presente trabalho busca fazer uma abordagem sobre essa prática preconceituosa, através da obra de Marcos Bagno, intitulada *Preconceito linguístico: o que é como se faz* (2007). Assim, informações a respeito dos mitos que cercam essa atitude errônea de referir-se à língua, bem como os motivos que geram essa prática e a maneira de combatê-la, serão discutidas neste trabalho

Como o Brasil é composto por uma vasta extensão territorial, nele encontramos diversidades linguísticas bastante influentes em nosso meio. Cada classe social, grupo, região etc. possui uma maneira própria de falar e de colocar a língua em prática, seja através da pronúncia ou da significação. Com isso, percebe-se que não devemos estudar a língua como sendo algo morto e estagnado, uma vez que por trás de uma língua há um ser vivo que a utiliza.

Para exemplificar a questão apresentada acima, Bagno utiliza-se de uma metáfora, dizendo que a língua é como um rio caudaloso que não detém seu curso e por isso sempre se renova, já a gramática normativa é apenas um igapó, água parada que envelhece, e só se renovará quando vier a próxima cheia, ou seja, a língua se transforma enquanto que a gramática permanece ditando regras, esperando que ocorra algum novo acordo linguístico que a transforme.

Se analisarmos a nossa língua, iremos perceber que ela está imersa em um grande ciclo mitológico que necessita ser desmistificado para que assim o preconceito linguístico deixe de existir. O autor em questão aborda esse tema no primeiro capítulo “A mitologia do preconceito linguístico”.

Para iniciar a abordagem mitológica, Bagno (2009) apresenta o primeiro mito: “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”. Este é o mais sério de todos os mitos, tendo em vista a variedade linguística existente em nosso país. Acreditar nele significa que cada região, cada povo brasileiro, não possui identidade própria, e isso é uma

forma de desvalorizar todos que habitam nosso país, principalmente a classe desprestigiada, que é reconhecida por diversas pessoas como *não conhecedores da língua*. O português é a nossa língua materna, mas possui divisões, fato este que deve ficar bem claro para todos.

O segundo mito, “Brasileiro não fala português. Só em Portugal se fala bem o português” tem a ver com o complexo de inferioridade que ainda existe por sermos ex-colônia de Portugal e também pela miscigenação que se encontra no Brasil. Vale a pena ressaltar que há diferenças significativas entre o português do Brasil e o português de Portugal, melhor dizendo, o português é diferente em todos os lugares em que é utilizado. No entanto, o ensino dessa língua está voltado a Portugal, ou seja, acredita-se que o certo são as formas usadas nesse país. Não devemos nos esquecer que se trata de cultura, povos, situações sociais e geográficas diferentes, e é essa diferença que constrói a identidade de cada nação. Da mesma forma que cometemos algumas falhas, de acordo com a gramática, os portugueses também cometem.

O terceiro mito, “O português é muito difícil”, se dá pelo fato do que aprendemos na escola não condizer com a realidade do cotidiano, pois a escola ensina que somente a língua padrão é correta e que as demais variedades não devem ser proliferadas. Esse mito mostra no que a língua portuguesa se transformou, ou seja, muitos têm medo só de ouvir falar o nome desta disciplina, pois o que se aprende na escola são as regras do bem falar e do bem escrever contidas nas gramáticas normativas, que acabam por desprezar o falar de um grupo.

O quarto mito refere-se a “Pessoas sem instrução falam tudo errado”. As pessoas que dizem: *Cráudia, chicrete, praca, broco, pranta*, são consideradas deficientes linguísticos, ou seja, pessoas que utilizam a língua de maneira equivocada. Isso não se trata de deficiência, mas sim do falar típico de uma classe desprestigiada por vários aspectos econômicos e sociais. Devemos levar em conta que esse tipo de fala é resultante de um processo de formação sofrido pela língua Portuguesa. Para comprovar esta questão, basta fazer a leitura de uma das maiores obras existentes, *Os Lusíadas*, na qual Camões emprega palavras como *ingrês, pubricar, pranta, frauta, frecha*. Portanto, dizer que alguém fala errado é virar as costas para a história de nosso país e também para os problemas sociais que essa classe estigmatizada enfrenta.

O quinto mito, “O lugar onde melhor se fala o português é no Maranhão”, diz respeito à segunda crença. Acredita-se que no estado do Maranhão, fala-se melhor o português, pelo fato de essa região fazer o uso das mesmas formas verbais existentes em Portugal. Não há, em um país, falante de uma mesma língua materna, ou região que melhor fale sua língua. Cada região sofreu um processo de formação diferente, resultante da migração no período colonial, que acabou por influenciar o linguajar local.

Já o sexto mito, “O certo é falar assim porque se escreve assim”, refere-se à questão da diferença regional ao pronunciar uma mesma palavra. Essa diferença muitas vezes é

desrespeitada pela escola, uma vez que ela busca fazer as pessoas aprenderem a realizar a pronúncia da mesma forma que as palavras são grafadas. Este fato consiste na valorização da escrita em consequência da fala, ou seja, a escrita tem muito mais valor do que a fala, a qual, segundo a gramática, é detentora de vários erros.

O sétimo mito, “É preciso saber gramática, para falar e escrever”, é difícil de ser desmistificado, pois são muitos os que acreditam nessa afirmação. Ela sugere que todos os escritores são conhecedores minuciosos da gramática. Essa é uma questão muito contraditória, pois a gramática foi escrita no século II a.C., mas, antes de sua elaboração, já existiam grandes obras como *Ilíada* e *A Odisséia*, que descreviam muito bem a língua, sem o uso das normas gramaticais. Ao longo da história, a gramática se tornou um *instrumento de poder e de controle*, pois ela é usada para identificar o falante da língua padrão.

Para finalizar o ciclo mitológico, Bagno coloca como oitavo mito “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Se esse mito apresentasse algum vestígio de veracidade, os professores de língua portuguesa estariam no topo da pirâmide social, fato este bem longe de ser verdadeiro, pois sabemos que os professores possuem baixos salários. Este mito além de ser linguístico, é também social, tendo em vista que para aprendermos a língua padrão é necessário condições de vida favoráveis, afinal, de que adiantaria uma pessoa ser um grande dominador da língua padrão e viver em um lugar isolado, sem poder usar essa forma linguística? Por este motivo, Bagno coloca que “tratar da língua é tratar de um tema político”, pois, segundo ele, é necessário que haja um empenho de todos os políticos e também dos envolvidos na educação, para que discutam esse tema e possam encontrar medidas eficazes para a melhoria das condições de vida das pessoas, para que todos possam ser falantes da língua padrão e não se esquecendo, é claro, das variedades linguísticas.

Vale a pena destacar os meios de propagar esses mitos que, na visão de Bagno, trata-se de um círculo vicioso, que é constituído pela gramática, pelo ensino tradicional e pelos livros didáticos. Mas como isso ocorre? Primeiramente, o ensino tradicional se dá pela inserção das regras gramaticais que acabam influenciando na criação de livros didáticos, e os autores desses livros fazem o uso das gramáticas para sua elaboração.

Podemos incluir neste círculo outro elemento, os *comandos paragramaticais* que se classificam, segundo Bagno, como “todo esse arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e de revista, CD-ROMS, “consultórios gramaticais” por telefone e por aí afora” (idem, p. 76). Esses comandos são responsáveis por disseminar o preconceito linguístico. Vale ressaltar que, em se tratando de meios proliferadores do preconceito, podemos citar como exemplo também as novelas que, muitas vezes, colocam na figura de um caipira ou de uma pessoa de baixo poder aquisitivo a parte cômica, ou seja, elas ridicularizam de certa forma um grupo de pessoas.

Ensinar e aprender a norma padrão da língua portuguesa é necessário, mas é preciso acima de tudo respeitar o falar típico de cada um, pois se trata de algo subjetivo e também de uma marca regional ou até mesmo de classe social. Saber lidar com essa situação é saber compreender a língua portuguesa que, em sua particularidade, se tornou a *língua portuguesa falada no Brasil*, o que a torna cada vez mais rica e importante no cenário cultural.

Foi de suma importância realizar este trabalho, pois contribuiu muito para o meu conhecimento, não apenas enquanto acadêmica de um curso de licenciatura em Letras, mas acima de tudo por eu ser brasileira. Devemos respeitar as diferenças, superar o preconceito e tirar de uma vez por todas do nosso vocabulário o termo “falar errado”, pois ele não existe, o que existe na realidade é um falar diferente que torna a nossa língua rica e plural.

Bibliografia

BAGNO, Marcos. ***Preconceito linguístico***: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

A COERÊNCIA NA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Vaney Lucia Faria Leite
(Acadêmica/Letras/UNEMAT)

Os estudos linguísticos privilegiaram, na investigação do texto, as noções de coerência e coesão. Fragmentaram os textos com ênfase na classificação de orações e análise dos seus termos. Uma nova abordagem, no entanto, encontra suporte na Linguística Textual. Dentre os trabalhos, destacam-se os de Beaugrande, Haliday e Hasan e os de Charolles que serviram de base aos elaborados, no Brasil, por Koch, Fávero, Fiorin, Travaglia, Costa Val e outros.

A Linguística Textual visa a definir o texto e textualidade como um conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto e não um amontoado de frases. Os princípios da coesão e coerência são vistos como uma unidade de sentido do texto. Segundo Maria das Graças Costa Val (1991), “a manifestação linguística da coerência advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual”.

A coerência supõe determinações linguísticas, mas as ultrapassa; então, seu limite é a funcionalidade do que é dito, os efeitos pretendidos, a maneira como escolhemos esse ou aquele jeito de dizer as coisas. A coerência é uma propriedade que está relacionada com a peça comunicativa, por isso ela é, em primeira mão, linguística (ANTUNES, 2005).

Isso equivale dizer que a coerência do texto é linguística, contextual, extralinguística, pragmática, enfim, depende de outros fatores que são aqueles puramente internos à língua. Não existe coerência absoluta, pura, definida fora de qualquer situação, ela depende dos sujeitos envolvidos e suas intenções comunicativas.

Por estas considerações, supõe-se que as relações entre coesão e coerência são estreitas e interdependentes. Ou seja, não há coesão que exista por si mesma. Ela decorre da própria continuidade exigida no texto, pois, é a exigência da unidade que dá coerência ao texto.

Existe assim, uma cadeia facilmente reconhecível entre continuidade, unidade e coerência, assim como é artificial separar coesão de coerência, ou sintaxe de semântica, por exemplo. O máximo que se pode dizer é que a coesão está em função da coerência, no sentido de que as palavras, os períodos, os parágrafos, tudo, qualquer segmento se interliga no texto para se que faça sentido, para que ele se torne interpretável.

Fica claro que a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido do texto. Esse sentido deve ser do todo, pois a coerência é global.

Por outro lado, Charolles (1978, p. 178), linguista europeu que propôs algumas regras de coerência, o faz sem se referir à questão de coesão, embora inclua, entre as regras de coerência, determinações que coincidem com alguns dos recursos coesivos apontados por outros autores. O autor propõe quatro metarregras de coerência que se seguem:

1ª Metarregra de Repetição: “para que um texto seja (microestruturalmente e macroestruturalmente) coerente, é preciso que contenha, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita” (idem, p. 182). Para assegurar essa recorrência, o autor dispõe de vários recursos como repetições, pronominalizações, substituições lexicais e elipse.

2ª Metarregra de Progressão: “para que um texto seja (microestruturalmente e macroestruturalmente) coerente, é preciso que haja no seu desenvolvimento uma contribuição semântica constantemente renovada” (p.183). Esta regra completa a primeira, já que um enunciado, para ser coerente, não pode simplesmente repetir indefinidamente o próprio assunto. Deve-se evitar, portanto, a circularidade do discurso, buscando-se um equilíbrio entre a continuidade temática e a progressão semântica.

3ª Metarregra de Não-Contradição: “para um texto ser (microestruturalmente e macroestruturalmente) coerente, é preciso que no seu desenvolvimento não se introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto anteriormente” (p.184).

4ª Metarregra de Relação: “para que um texto seja coerente, é preciso que os fatos que ele expressa estejam relacionados entre si no mundo representado” (p.185). Aqui o autor mostra a importância de congruência para as ações, estados ou eventos denotados por uma sequência, “no tipo de mundo reconhecido por quem a avalia”. Os fatos denotadores, percebidos como congruentes, manifestam-se nas relações causa/consequência, condição, oposição, entre outras, por meio de determinados conectores.

Essas metarregras de Charolles são distintas nos níveis macro e microestrutural e não dão conta, sozinhas, de todas as condições necessárias para um texto ser avaliado como bem formado.

Como herança de uma compreensão equivocada do que seja uma língua e conseqüentemente do que seja a gramática, Irlandé (2005, p. 187) diz que “carregamos até hoje a ideia de que “questões de língua” se reduzem a “questões de gramática”, mais precisamente a questões de certo e errado. A língua não pode ser reduzida a essa questão. Nem pode ser circunscrita a determinado campo da atividade humana. Tudo passa pela linguagem, tudo tem origem na linguagem, isto é, no discurso”.

Segundo a autora (idem, p. 190), todos, de alguma forma, podem se beneficiar com o fato de conhecerem os diferentes recursos, ou as diferentes estratégias que são usadas em um texto, e de saberem quais os efeitos possíveis provocados por esses recursos e estratégias.

A linguagem não é somente um reflexo determinado do mundo, não é apenas uma manifestação exterior de um pensamento íntimo pré-elaborado. A linguagem informa, torna possível e produz algumas espécies de pensamento. Ao escrevermos, fazemos da linguagem nossa conquista maior, combinando as impressões dos sentidos, a vivência pessoal e o pensamento crítico.

Bibliografia

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

KOCH, I. V.; ELISA, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção de textual**. São Paulo: Contexto, 2009

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 17. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA VAL, Maria das G. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

UM ESTUDO SOBRE A GÍRIA NA LINGUAGEM DOS JOVENS

Wellington Oliveira de Souza
(Acadêmico/Letras/UNEMAT)

Este texto discute a questão da gíria, um fenômeno da linguagem usado por jovens e adultos de diferentes classes sociais.

A gíria, segundo Gurgel (1984, p. 13), “constitui-se no componente mais importante do modismo linguístico por possuir maior peso e contribuição do maior número de palavras, frases, expressões ou alocações para a linguagem usual”. O modismo linguístico representa uma das variáveis mais significativas da língua nacional, agrupando as variações da linguagem usual como se fossem da linguagem padrão.

Durante muito tempo, a gíria foi considerada como regionalismo ou vício de linguagem, pois a mesma se identifica com mais facilidade na linguagem oral que na escrita, havendo assim uma socialização entre os que a falam. A gíria, derivada de contribuições variadas da língua comum, tornou-se um recurso disponível para que as pessoas pudessem se comunicar e se entender de forma mais direta, mais simples, mais ousada etc., facilitando assim a compreensão de signos e significados de maneira linear e objetiva.

Segundo Cardona (1991, p. 159), “a gíria é uma variedade linguística compartilhada por grupo restrito (por idade ou ocupação), que é falada para excluir da comunicação as pessoas estranhas e para reforçar o sentimento de identidade dos que pertencem ao grupo”. Para Luft (1973, p. 91), “a gíria é, em sentido lato, a linguagem especial de um grupo social ou classe profissional; em sentido restrito, a linguagem particular de um grupo ou classe profissional; de um grupo caracterizado por deformações intencionais, criações anômalas, transformações semânticas, de caráter burlesco, jocoso ou depreciativo”.

Rocha Lima (1978, p. 5) conceitua a gíria como “a língua especial de uma profissão ou ofício de um grupo socialmente organizado, quando implica, por sua vez, educação idiomática deficiente”.

A partir desse quadro, perguntamos: como e quando a gíria ocorre? Tratando-se de um vocabulário, a gíria ocorre quando determinado grupo (para manter a identidade do mesmo) cria palavras, ou seja, cria variantes da língua falada para serem usadas em determinados momentos e situações e com determinado sentido dentro do grupo. Mas a partir do momento em que essas palavras saem desse grupo e passam a circular na sociedade tornam-se “gírias comuns”, pois agora elas estão expostas a toda sociedade e, mesmo sendo criticadas, são vistas por alguns como língua de malandros. Ou seja, a gíria passa a fazer parte da linguagem comum, sendo usada até mesmo por aqueles que a criticam.

A partir do momento em que a gíria passa a fazer parte da sociedade, ela passa a ser usada a todo o momento por todos.

Para Simone Nejam Ribeiro (2005),

a língua do adolescente não é gíria porque pretende atingir de forma original as pessoas de fora do seu grupo, a fim de incorporá-las a ele. Todavia, não deixa de ser gíria, por enquanto fora do universo do adolescente, seus falantes adotam a língua geral. A linguagem do adolescente é um caso particular de linguagem especial, pois contém características da gíria, mas, ao mesmo tempo, se insere nas relações comunicativas com a língua comum.

Vejamos um exemplo do uso de gírias em “Papo” de um adolescente ao telefone:

Qual é cara, beleza? Você não sabe da maior! Chamei um camarada meu, que está na maior relação com o pai, para uma night forte. Como ele está encoirado, resistiu um pouco, mas acabou topando. Quando chegamos no agito, ele ficou empolgado porque estava móccrowd [...] (BANHARO, Viviane, 1998).

Qual a relação da gíria com a linguagem? Sendo um fenômeno linguístico, seus estudos são tratados na área da sociolinguística. A gíria aparece na linguagem como instrumento fundamental para um melhor entendimento na comunicação. Ao associarmos língua e sociedade, logo recorreremos à área dos estudos sociolinguísticos que analisa os diferentes falares da sociedade, ou seja, as variações da estrutura linguística.

Para Rocha Lima (1978, p. 5),

a gíria atinge a fraseologia e, especialmente, o vocabulário, já pela criação de palavras, já por se atribuírem novos valores semânticos às existentes. Frequentemente, a serviço da expressividade, ela se insinua na linguagem familiar de todas as camadas sociais.” As gírias são palavras, que de tempos em tempos, entram e saem da moda e um dos fatores que contribuem para o surgimento e o desaparecimento de novas palavras são os meios de comunicação como a televisão, a música, etc., [...].

Vejamos algumas gírias que já foram usadas em diferentes décadas e que hoje não são mais usadas:

Gíria dos anos 40: Brotinho (menina) – coqueluche (assunto do momento);

Gíria dos anos 50: Bafafá (confusão) – uva (mulher bonita);

Gíria dos anos 60: Carango (carro) - paca (muito);

Gíria dos anos 70: Bicho (amigo) – tutu (dinheiro);

Gíria dos anos 80: Bode (mau humor) – mina (garota);

Gíria dos anos 90: Antenado (atento) – azaração (namoro).

A partir daí, para termos um melhor entendimento, lembremos de Perini (2004, p.11-12) que diz: “a nossa língua, estou convencido, não está em perigo de desaparecimento, muito menos de mistura. Por outro lado (e não é possível agradar a todos), acredito que nossa língua está mudando, e certamente não será a mesma dentro de vinte, cem ou trezentos anos.”

Podemos então, depois de ter lido Perini, nos tranquilizar em relação às gírias, pois essas variações na língua são consideradas normais. Não se pode mais dizer que a gíria é língua de malandros, pois ela passou a fazer parte da língua cotidiana das pessoas. A gíria sai do grupo que a criou, vai para sociedade e, por fim, desaparece ou volta para o lugar de onde surgiu.

A pesquisa que desenvolvi para a elaboração deste trabalho foi muito importante para ampliar o meu conhecimento sobre a linguagem. Falar sobre gíria é um assunto que, como muitos outros, passa despercebido, mas em se tratando de qualquer assunto, mesmo que não fosse uma questão da língua, há sim a necessidade de conhecê-la e estudá-la.

Durante as minhas leituras, pude compreender a gíria e observar o seu funcionamento e seus efeitos. Este fenômeno linguístico que está presente na linguagem de todas as pessoas e, principalmente, dos jovens (lembrando que a linguagem dos jovens é um caso especial de língua, mas que não deixa de ser gíria), é uma variação que sempre estará presente na língua, pois a todo momento usa-se gíria para facilitar a comunicação entre os falantes.

Enfim, o estudo sobre a gíria na linguagem dos jovens fez-me ver que essas variações na língua são um processo natural e que isso sempre estará acontecendo, pois nada permanece e com a língua não seria diferente. Tudo muda.

Bibliografia

BEZERRA, Maria Auxiliadora; MAIOR, Ana Christina Souto; BARROS, Antonio Claudio da Silva. **A gíria:** do registro coloquial ao registro formal. Disponível em http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ03_37-51.html Acesso em 12/08/09.

CARDONA, Giorgio Raimondo. **Diccionario de linguística**. Barcelona: Ariel, 1991.

DANNEMANN, Fernando Kitzinger. **Gíria**. Disponível em <http://www.fernandodannemann.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=690913> Acesso em 12/08/09.

GURGEL, J. B. Serra e. **Dicionário de gíria**: modismo linguístico o equipamento falado do brasileiro. Rio de Janeiro: Gráfica MEC Editora LTDA, 1984.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 19. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

PERINI, Mário A. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola, 2004.

RECTOR, Mônica. **A linguagem da juventude**: uma pesquisa geosociolinguística. Petrópolis: Vozes, 1975

RIBEIRO, Simone Nejaim. **A língua do adolescente**: linguagem especial ou gíria? Disponível em <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/12/04.htm> Acesso em 20/08/09.

